

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/CPB/2025

**PROCESSO Nº 0307/2025**

**CÓDIGO DO ÓRGÃO CÓDIGO DA UASG: 929472**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90072/CPB/2025**

**OBJETO:** Constituição de Sistema de Registro de Preço para Aquisição de Água Mineral

As partes:

**GERENCIADOR: COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.700.114/0001-44, com sede na Rodovia dos imigrantes, km 11,5 - CEP: 04329-000 – Vila Guarani – São Paulo/SP, representado legalmente por seu Diretor Geral, **Marcelo Ferreira da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 088.388.598-09 e portador do RG nº 15.595.066-6.

**DETENTORA: DISTRIBUIDORA TIBRI LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.637.598/0001-77, com sede na Av. Olímpio García, 1040, Letra T, Bairro Jardim Eldorado, Cidade Contagem/MG, CEP: 32.315-140, neste ato representada por seu procurador (a) legal **Renata Ferreira Tigre**, portador do Registro Geral sob nº 46.795.083-0 e CPF/MF nº 365.747.878-74, nos termos da autorização contida no **processo 0307/2025** e da homologação registrada no sistema COMPRASNET, têm entre si, justo e acordado a presente Ata de Registro de Preço, que se regerá pelas disposições do Regulamento de Aquisições e Contratos – RAC, aprovado pela Resolução CPB Nº 01, de 03 de abril de 2023, das normas gerais da Lei Federal 14.133/2021 e demais legislação aplicável, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente tem por objeto a **Constituição de Sistema de Registro de Preço para Aquisição de Água Mineral**, com base no processamento da licitação regida pelo **Edital de Pregão Eletrônico nº 90072/CPB/2025**.
- 1.2. Os serviços serão prestados conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.
- 1.3. Vincula-se à presente Ata de Registro de Preço o edital de Pregão Eletrônico do qual derivou esse ajuste e seus anexos, bem como os documentos enviados na sessão pública.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os valores registrados são os que seguem no quadro abaixo:

| Item               | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                            | Unidade                          | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total                  |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------|----------------|------------------------------|
| 1                  | ÁGUA MINERAL<br>Copo de 200ml, sem gás, embalagem primária copo de polietileno lacrado com tampa aluminizada, embalagem secundária caixa de papelão reforçado envolto em filme plástico resistente, com validade mínima de 09 meses da data da entrega, conforme legislação vigente. | Caixas (com 48 unidades em cada) | 5.000      | R\$ 25,00      | R\$ 125.000,00               |
| <b>VALOR TOTAL</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                  |            |                | <b><u>R\$ 125.000,00</u></b> |

2.2. Este preço inclui todos os custos, impostos, taxas, benefícios e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do objeto das obrigações da presente ata, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

2.3. O preço poderá ser reajustado de acordo com a variação do IPCA, após 12 meses da assinatura e execução da Ata de Registro de Preço.

2.4. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições em face da superveniência de normas federais disciplinando a matéria.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços ora firmada terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja anuência expressa das partes, inclusive com a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. A prorrogação será formalizada nos termos do Regulamento de Aquisições e Contratos – RAC (Resolução CPB nº 01, de 03 de abril de 2023).

3.2. A **DETENTORA** da Ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 90 (noventa) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo ao **GERENCIADOR**, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, descabendo à **DETENTORA** o direito a qualquer recurso ou indenização.

- 3.3. Ao **GERENCIADOR**, no interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **DETENTORA**, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de se evitar brusca interrupção nos serviços, mediante ajuste, observando, porém, o prazo limite de vigência.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO**

- 4.1. Os materiais deverão ser fornecidos conforme Anexo I, Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico do qual derivou o presente ajuste.
- 4.2. Os itens especificados no item 3 deste Termo serão solicitados em remessas mínimas de 500 (quinhentas) caixas, cada uma contendo 48 (quarenta e oito) copos, devendo ser entregues no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Compra
- 4.3. A(s) Ordem(ns) de Serviço(s) ou Ordem(ns) de Compras(s) deverão obrigatoriamente conter: data, endereço, número do processo, número do comunicado interno, quantidades, descrição ou itens dos serviços requeridos, número da Ata de Registro de Preços, identificação e assinatura do colaborador requisitante.
- 4.4. A **DETENTORA** fica obrigada a atender todas as solicitações de serviço efetuadas durante a vigência da Ata.
- 4.5. O fornecimento deverá ser atestado e fiscalizado pelo(s) Fiscal(is) designado pelo **GERENCIADOR**, definido nas Ordens de Serviço.
- 4.6. Na hipótese de a **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços negar-se a assinar ou a receber a Ordem de Serviço, serão aplicadas as penalidades previstas nesta Ata.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO DESPORTO PARAOLÍMPICO**

- 5.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada pelas Entidades Nacionais de Administração do Desporto Paralímpico, filiadas e reconhecidas pelo CPB, mediante anuência do órgão **GERENCIADOR**.
- 5.1.1. As entidades interessadas do registro de preços, quando desejarem, mediante justificativa, deverão consultar formalmente o órgão **GERENCIADOR** da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
- 5.2. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigadas a celebrar as contratações que dela poderão advir.

- 5.2.1. Formalizada a anuência do órgão **GERENCIADOR**, as entidades formalizarão com a **DETENTORA** suas contratações, por qualquer instrumento legalmente permitido.
- 5.2.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade **GERENCIADORA** e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 5.2.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade **GERENCIADORA** e para os órgãos ou as entidades participantes.
- 5.2.4. Compete às entidades aderentes os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- 5.3. Quando da necessidade de contratação, o **GERENCIADOR** poderá obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga o CPB a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações e regulamento de aquisições e contratos do CPB, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS**

- 6.1. O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre a fornecimento, e constituirá a única e completa remuneração.
- 6.2. O CPB poderá, a qualquer tempo, readequar os preços registrados, reduzindo-os em conformidade com pesquisa de mercado, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução destes.
- 6.3. Durante a vigência da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação do CPB,

no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a **DETENTORA** obriga-se a comunicar o novo preço que substituirá o então registrado.

6.3.1. Caso a **DETENTORA** venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada ao CPB, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

6.4. Os preços registrados poderão ser ainda alterados ou atualizados em decorrência de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO E ATESTO**

7.1. O atestado de recebimento ocorrerá por cada emissão das Ordens de Serviços/compras ou instrumento equivalente, no ato da entrega onde serão vistoriados os produtos que são parte integrante do escopo desta ata por funcionário da área requisitante ou preposto, para verificação do atendimento às condições deste Edital. Caberá ao funcionário em questão a responsabilidade quanto ao apontamento do produto em desacordo.

7.1.1. Caso seja constatado que o(s) produto(s) não atende(m) às especificações descritas na proposta, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou apontando em relatório para que seja corrigido o vício constatado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e, ainda, no Código de Defesa do Consumidor.

7.2. O aceite do produto pelo **GERENCIADOR** não exclui a responsabilidade civil da **DETENTORA** por vícios de execução, de quantidade, ou ainda por desacordo com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

7.3. O objeto da presente licitação será recebido conforme previsto no termo, mediante aceite e emissão de Nota Fiscal, emitido pela **DETENTORA**, submetido à fiscalização do **GERENCIADOR**, que após conferência, atestará se os materiais foram entregues a contento.

7.4. Havendo inexecução de entrega, o valor respectivo será descontado da importância devida à **DETENTORA**, sendo ainda aplicada as sanções e penalidades cabíveis.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo Caique Santana dos Santos, do Departamento de Operações Esportivas do CPB, ou, em caso de ausência, ao funcionário que o esteja substituindo, a quem caberá dirimir as dúvidas porventura

surgidas no curso do recebimento dos equipamentos, materiais e/ou produtos, bem como adotar as medidas que se fizerem necessárias para o seu bom e fiel cumprimento.

- 8.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **DETENTORA** por quaisquer irregularidades e não implica em co-responsabilidade do **GERENCIADOR**.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar do atesto da nota fiscal, acompanhado obrigatoriamente dos documentos de: regularidade fiscal e trabalhista, conforme Regulamento de Aquisições e Contratos - CPB, acompanhado de aprovação dos serviços/materiais – “Atesto” - pelo gestor e/ou responsável do CPB, devendo ser efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com a legislação vigente, quando for o caso.
- 9.2. A discriminação dos serviços, valores e quantitativos deverão ser reproduzidos na nota fiscal apresentada para efeito de pagamento.
- 9.3. Para efetivação do pagamento, a **DETENTORA** deverá, obrigatoriamente, encaminhar a Nota Fiscal/Fatura para o e-mail [nf@cpb.org.br](mailto:nf@cpb.org.br).
- 9.3.1. O não envio da nota fiscal para o e-mail [nf@cpb.org.br](mailto:nf@cpb.org.br) poderá ocasionar atrasos nos tramites de liquidação.
- 9.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da **DETENTORA**, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 9.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, de titularidade da empresa e o emissor da nota fiscal, vinculada ao CNPJ.
- 9.6. A **DETENTORA**, fica sempre condicionada à apresentação dos seguintes documentos, para a efetivação do pagamento:
- 9.6.1. Via da Nota Fiscal / Fatura com identificação do Número do Ata de Registro de Preços e Número da Ordem de Serviço.
- 9.6.1.1. Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Ordem de Serviço ou termo assinado, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.
- 9.6.2. Regularidade Fiscal

- a) comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica no site do Ministério da Fazenda;
  - b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) Certidão de regularidade perante o FGTS;
  - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
  - e) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante.
- 9.7. O CNPJ da documentação fiscal deverá ser o mesmo da proposta de preço apresentada no procedimento licitatório, sob pena de rescisão contratual.
- 9.8. O **GERENCIADOR** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa **DETENTORA**, nos termos deste Edital e seus anexos.
- 9.9. Nenhum pagamento será efetuado à empresa **DETENTORA** na pendência de: manutenção das condições de habilitação, atesto de serviços prestados/produtos recebidos e cumprimento de obrigações assumidas.
- 9.10. No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal comprobatório ou ausência da documentação constante do item 9.5.2, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciará somente após a apresentação de nova documentação, devidamente corrigida.
- 9.11. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada, mesmo quando oriunda de outros contratos que porventura venham a existir.
- 9.12. Previamente ao pagamento, o **GERENCIADOR** poderá realizar consulta aos órgãos competentes para ratificar a situação de regularidade da **DETENTORA** relativamente às condições de habilitação exigidas.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
- 10.1. Além das sanções previstas no capítulo I, do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas pertinentes, também poderão ser aplicadas à **DETENTORA** as seguintes penalidades pela inadimplência das obrigações contratuais, sendo-lhe assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Multa de até 30% (trinta por cento) pela recusa em Assinar o termo, dentro do prazo estabelecido ou fazê-lo com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CPB, a qual incidirá sobre o valor do ajuste.

10.2.1. Incidirá na mesma penalidade a não apresentação dos documentos necessários a celebração do ajuste.

10.3. Advertência, quando:

10.3.1. Houver infração de menor potencial, desde que não haja prejuízo de fato para o **GERENCIADOR**;

10.3.2. Houver qualquer falha de pequeno vulto, assim entendida como aquela que não represente prejuízo de nenhuma natureza ao **GERENCIADOR**;

10.3.3. Em caso de reiteradas infrações de menor potencial, o **GERENCIADOR** poderá aplicar sanção de advertência ou outras sanções previstas no contrato

10.4. Multa, quando houver descumprimento dos prazos para a entrega da seguinte forma:

10.4.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ordem de Compras para entregas com atraso até o 5º (quinto) dia.

10.4.2. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Compras para entregas com atraso entre o 6º (sexto) e 10º (décimo) dia.

10.4.3. Multa de 12% (doze por cento) sobre o valor total da Ordem de Compras para entregas com atraso entre o 11º (décimo primeiro) e o 15º (décimo quinto) dia.

10.4.4. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Compras para entregas com atraso entre 16º (décimo sexto) e 20º (vigésimo) dia.

10.4.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de preço ou da Ordem de Compras, pela inexecução total de todo(s) o(s) item(s)/parcela(s).

10.4.5.1. Caso a entrega seja feita de forma parcial, o percentual da multa incidirá sobre o valor total do(s) item(s) não entregue(s).

10.4.5.2. Caso o fornecimento dos materiais seja feito de forma parcial, o percentual da multa por inexecução total incidirá sobre o valor total do(s) item(s) não executado(s).

- 10.5. Para fins de aplicação de penalidade, será considerada como inadimplida a entrega realizada com atraso superior a 20 (vinte) dias.
- 10.6. Sem prejuízo das penalidades previstas, o **GERENCIADOR** poderá rescindir unilateralmente a presente Ata de Registro de Preços nos casos de inadimplemento parcial ou total das obrigações assumidas.
- 10.7. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe §7º, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.8. O valor da multa aplicada poderá ser compensado com crédito em favor do **GERENCIADOR**.
- 10.9. Sendo a multa de valor superior aos pagamentos eventualmente devidos pelo **GERENCIADOR**, a **DETENTORA** responderá pela sua diferença, devendo realizar o pagamento em favor do **GERENCIADOR** no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação de aplicação de penalidade, sob pena de ser cobrada judicialmente.
- 10.10. Em caso de inadimplemento da multa imposta, o valor será reajustado pela variação positiva do IPCA" e sofrerá incidência de juros de 1% ao mês.
- 10.11. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas dará ao **GERENCIADOR** o direito de rescindir unilateralmente o presente termo, sem prejuízo das outras penalidades previstas.
- 10.12. Na contagem de prazos referidas neste capítulo, consideram-se dias corridos e independentes de funcionamento ou expediente do **GERENCIADOR**.
- 10.13. Quando da eventual aplicação de penalidades, será sempre assegurado à **DETENTORA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 10.14. Pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar pelo prazo de até 2 (dois) anos com o Comitê Paralímpico Brasileiro.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA**

- 11.1. Além das obrigações descritas no Edital de **Pregão Eletrônico nº 90072/CPB/2025** e seus anexos, cabe à **DETENTORA**:
- 11.1.1. Promover a organização técnica e administrativa do fornecimento, de modo a conduzi-lo eficientemente.

- 11.1.2. Executar fielmente o ajustado, prestando os serviços conforme descrito no Termo de Referência e demais documentos que orientam este ajuste, em consonância com a proposta apresentada quando da licitação, com estrita observância à legislação vigente que versa sob o objeto.
- 11.1.3. Nunca veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a ata.
- 11.1.4. Prover os recursos humanos e materiais necessários à prestação do serviço.
- 11.1.5. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela assunção de quaisquer prejuízos causados por si ou por seus empregados a terceiros ou ao **GERENCIADOR**.
- 11.1.6. Cumprir os prazos e frequências das obrigações ajustadas para o fornecimento do objeto
- 11.1.7. Comunicar ao **GERENCIADOR**, em tempo hábil, sobre eventuais obstáculos ao ritmo e qualidade dos trabalhos, propondo soluções, se for o caso.
- 11.1.8. Nomear, formalmente o seu preposto para gerir os futuros ajustes.
- 11.1.9. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como: frete, transportes, impostos, taxas, contribuições fiscais, sociais, previdenciárias, trabalhistas, FGTS; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente Ata, além de outros que direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com o fornecimento do objeto;
- 11.1.10. Prestar ao **GERENCIADOR**, sempre que necessário, esclarecimentos a respeito das condições de execução dos serviços.
- 11.1.11. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
  - 11.1.11.1. A fiscalização do fornecimento pelo **GERENCIADOR** não exime nem diminui a completa responsabilidade da **DETENTORA** por qualquer inobservância ou omissão em relação às suas obrigações.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA**

12.1. Além das obrigações descritas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90072/CPB/2025 e seus anexos, cabe à **GERENCIADORA**:

12.1.1. Indicar, na Ordem de Compra, o responsável em receber os itens, que deverá verificar quantidade e condições de entrega do objeto

12.1.2. Prestar todas as informações necessárias à execução do objeto.

12.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o disposto no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico do qual derivou este ajuste.

12.1.4. Efetuar o pagamento devido à **DETENTORA**, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão do atestado do fornecimento e recebimento da respectiva nota fiscal/fatura no protocolo do Comitê Paralímpico Brasileiro;

12.1.5. Designar formalmente o gestor e/ou o(s) fiscal(is) para acompanhamento da execução dos futuros ajustes.

12.1.6. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas e que forem devidas.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

13.1.1. Pelo **GERENCIADOR** quando:

13.1.1.1. A **DETENTORA** não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços e do Edital que lhe antecedeu;

13.1.1.2. A **DETENTORA** se recusar a receber a Ordem de Compra, sem que haja justificativa;

13.1.1.3. A **DETENTORA** der causa à rescisão administrativa da Ata;

13.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata;

13.1.1.5. Os preços registrados se apresentem superiores aos praticados no mercado e a **DETENTORA** não aceitar redução dos valores registrados;

13.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pelo **GERENCIADOR**;

13.1.1.7. Ficar constatado que a **DETENTORA** não mais cumpre qualquer das condições de culminaram em sua habilitação por ocasião da licitação;

13.1.1.7.1. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência física ou eletrônica, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços;

13.1.1.7.2. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **DETENTORA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o Registro de Preços a partir do fim do prazo estipulado na publicação, sendo assegurada a ampla defesa e o contraditório.

13.1.1.8. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 13 será formalizado por despacho da autoridade competente, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.1.2. Pela **DETENTORA** quando:

13.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, em razão de caso fortuito ou força maior.

13.1.2.1.1. A solicitação da **DETENTORA** para cancelamento, devidamente comprovada e justificada, do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao **GERENCIADOR** a aplicação das penalidades previstas.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

14.1. As partes declaram estar cientes das regras e princípios relacionados com a proteção de dados pessoais previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) - e nas demais determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre

a matéria, e concordam com a sua observância para realização de qualquer atividade de tratamento de dados pessoais, necessárias para a execução do objeto desta Ata.

- 14.2. Os dados pessoais coletados incluem, mas não se limitam, as informações de qualificação dos representantes legais, nome e documento das testemunhas e nomes e contato de colaboradores e de prestadores de serviço. A finalidade da sua coleta é para a execução do objeto desta Ata, conforme disposto no Art. 7º, inciso V, da LGPD.
- 14.3. Os dados pessoais de colaboradores e prestadores de serviço, que porventura forem coletados na execução desta Ata, também poderão ser necessários para atender os interesses legítimos da **GERENCIADORA**, nos termos do art. 7º, inciso IX, da LGPD.
- 14.4. As partes se obrigam a proteger os dados pessoais a que venham a ter acesso em virtude ou em consequência da execução desta Ata, por meio da adoção de medidas técnicas, físicas e organizacionais de segurança da informação, bem como se obrigam ao dever de confidencialidade, integridade e sigilo, devendo assegurar que os seus colaboradores, consultores e prestadores de serviços que, no exercício das suas funções tenham acesso ou conhecimento das informações e dados pessoais tratados, estejam, igualmente e por contrato, obrigados ao sigilo profissional. O descumprimento da presente cláusula ensejará a imediata rescisão desta Ata, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal.

## 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 15.1. As partes declaram conhecer as normas de responsabilização, combate e prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, em especial os dispositivos do Código Penal Brasileiro, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto 11.129/2022, bem como do Código de Conduta Ética e das Políticas de Integridade do CPB, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus funcionários e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.
- 15.2. Adicionalmente, as PARTES desde já se obrigam a não dar, oferecer ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da ata, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores e quaisquer terceiros relacionados ajam da mesma forma.
- 15.3. Os signatários desta Ata declaram, sob as penas da Lei, que são representantes legais das Partes aqui estabelecidas, devidamente constituídos dos respectivos

Estatutos/Contratos Sociais ou com procuração contendo plenos poderes para assumir as obrigações ora contraídas.

- 15.4. As partes aceitam integralmente que as assinaturas da Ata possam ser realizadas através de assinatura eletrônica, sendo a presente Ata irrevogavelmente considerado por todos que o assinam, com prova documental e título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos.
- 15.5. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas desta ata de registro de preço poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 15.6. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente, serão dirigidos aos seguintes endereços:
- a) **GERENCIADOR:** Comitê Paralímpico Brasileiro, Departamento de Aquisições e Contratos - DEAC, sito a Rodovia dos imigrantes, Km 11,5 - CEP 04329-000, São Paulo, São Paulo.
  - b) **DETENTORA:** DISTRIBUIDORA TIBRI LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.637.598/0001-77, com sede na Av. Olímpio García, 1040, Letra T, Bairro Jardim Eldorado, Cidade Contagem/MG, CEP: 32.315-140, Contato telefônico: (11) 98066-0133
- 15.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou resoluções do CPB que as autorizem.
- 15.8. Fica a **DETENTORA** ciente de que a assinatura desta Ata indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento deles, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 15.9. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares, suas próprias disposições e as do Edital que o precedeu, aplicáveis à execução dos termos e especialmente os casos omissos.
- 15.10. A **DETENTORA** deverá comunicar o **GERENCIADOR** de toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do presente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.11. As partes declaram que conhecem e cumprem as legislações de proteção e de defesa da Pessoa com Deficiência, especialmente, a Lei de Cotas n.º 8.213 de 24/07/1991 e a

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) n.º 13.146 de 06/07/2015

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

- 16.1. Fica eleito o Foro do Município de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas desta Ata.

Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação e seus anexos, a proposta da **DETENTORA** e a ata da sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 90072/CPB/2025**, bem como demais instruções do **Processo Administrativo nº 0307/2025**.

- 16.2. E, assim, por estarem justas e acordadas as partes firmam o presente instrumento, com a ciência das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

São Paulo, 18 de julho de 2025.

Marcelo Ferreira da Silva

Marcelo Ferreira da Silva (18 de julho de 2025 09:17 ADT)

**COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO**

Renata Ferreira Tigre

Renata Ferreira Tigre (22 de julho de 2025 19:32 ADT)

**DISTRIBUIDORA TIBRI LTDA.**

Carlos Roque Abrahão

Carlos Roque Abrahão (17 de julho de 2025 19:50 ADT)

**Testemunha**

Letícia Dias da Silva

Letícia Dias da Silva (21 de julho de 2025 22:01 ADT)

**Testemunha**

# ATA 4\_CPB\_2025 - DISTRIBUIDORA TIBRI LTDA

Relatório de auditoria final

2025-07-22

|                  |                                              |
|------------------|----------------------------------------------|
| Criado em:       | 2025-07-17                                   |
| Por:             | Contratos CPB (contratos@cpb.org.br)         |
| Status:          | Assinado                                     |
| ID da transação: | CBJCHBCAABAAbFGGY7tlxNM_4KWDZCeWlyArpL5CYAf9 |

## Histórico de "ATA 4\_CPB\_2025 - DISTRIBUIDORA TIBRI LTDA"

-  Documento criado por Contratos CPB (contratos@cpb.org.br)  
2025-07-17 - 21:19:36 GMT
-  Documento enviado por email para roque@cpb.org.br para assinatura  
2025-07-17 - 21:20:50 GMT
-  Email visualizado por roque@cpb.org.br  
2025-07-17 - 22:49:47 GMT
-  O signatário roque@cpb.org.br inseriu o nome Carlos Roque Abrahão ao assinar  
2025-07-17 - 22:50:39 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Carlos Roque Abrahão (roque@cpb.org.br)  
Data da assinatura: 2025-07-17 - 22:50:41 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Documento enviado por email para marcelo.ferreira@cpb.org.br para assinatura  
2025-07-17 - 22:50:42 GMT
-  Email visualizado por marcelo.ferreira@cpb.org.br  
2025-07-18 - 12:16:41 GMT
-  O signatário marcelo.ferreira@cpb.org.br inseriu o nome Marcelo Ferreira da Silva ao assinar  
2025-07-18 - 12:17:00 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Marcelo Ferreira da Silva (marcelo.ferreira@cpb.org.br)  
Data da assinatura: 2025-07-18 - 12:17:02 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Documento enviado por email para distribuidora@rtibri.com para assinatura  
2025-07-18 - 12:17:04 GMT

-  Email enviado para distribuidora@rtibri.com retornou e não pôde ser entregue  
2025-07-18 - 12:17:07 GMT
-  Email enviado para distribuidora@rtibri.com retornou e não pôde ser entregue  
2025-07-21 - 19:36:57 GMT
-  Contratos CPB (contratos@cpb.org.br) adicionou o signatário alternativo lds.consultoria@outlook.com. O signatário original distribuidora@rtibri.com ainda pode assinar.  
2025-07-21 - 19:40:13 GMT
-  Documento enviado por email para lds.consultoria@outlook.com para assinatura  
2025-07-21 - 19:40:13 GMT
-  Email enviado para distribuidora@rtibri.com retornou e não pôde ser entregue  
2025-07-21 - 19:40:32 GMT
-  Contratos CPB (contratos@cpb.org.br) adicionou o signatário alternativo lds.consultoria@outlook.com. O signatário original distribuidora@rtibri.com ainda pode assinar.  
2025-07-21 - 19:40:36 GMT
-  Email visualizado por lds.consultoria@outlook.com  
2025-07-21 - 20:48:31 GMT
-  O signatário lds.consultoria@outlook.com inseriu o nome Letícia Dias da Silva ao assinar  
2025-07-22 - 1:01:29 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Letícia Dias da Silva (lds.consultoria@outlook.com)  
Data da assinatura: 2025-07-22 - 1:01:31 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Documento enviado por email para lds.consultoria@outlook.com para assinatura  
2025-07-22 - 1:01:32 GMT
-  Documento enviado por email para distribuidora@rtibri.com para assinatura  
2025-07-22 - 1:01:33 GMT
-  Email enviado para Letícia Dias da Silva (lds.consultoria@outlook.com) retornou e não pôde ser entregue  
2025-07-22 - 1:01:42 GMT
-  Email visualizado por lds.consultoria@outlook.com  
2025-07-22 - 1:01:42 GMT
-  Email enviado para distribuidora@rtibri.com retornou e não pôde ser entregue  
2025-07-22 - 1:01:52 GMT
-  Email enviado para distribuidora@rtibri.com retornou e não pôde ser entregue  
2025-07-22 - 13:06:07 GMT

 Email enviado para distribuidora@rtibri.com retornou e não pôde ser entregue

2025-07-22 - 13:06:07 GMT

 Assinatura do documento delegada a Renata Tigre (nsgtigre@gmail.com) por lds.consultoria@outlook.com

2025-07-22 - 22:09:28 GMT

 Documento enviado por email para Renata Tigre (nsgtigre@gmail.com) para assinatura

2025-07-22 - 22:09:29 GMT

 Email visualizado por Renata Tigre (nsgtigre@gmail.com)

2025-07-22 - 22:09:43 GMT

 O signatário Renata Tigre (nsgtigre@gmail.com) inseriu o nome Renata Ferreira Tigre ao assinar

2025-07-22 - 22:32:32 GMT

 Documento assinado eletronicamente por Renata Ferreira Tigre (nsgtigre@gmail.com)

Data da assinatura: 2025-07-22 - 22:32:35 GMT - Fonte da hora: servidor

 Contrato finalizado.

2025-07-22 - 22:32:35 GMT